

CAMINHOS DA ESCOLA: O ACESSO A EDUCAÇÃO NO ASSENTAMENTO 17 DE ABRIL - TEIJIN (2005-2025)¹

Suellen Oliveira da Silva²

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo analisar o acesso à educação no Assentamento 17 de Abril – Teijin, localizado no município de Nova Andradina (MS), entre os anos de 2005 e 2025. A pesquisa concentra-se nas dificuldades enfrentadas por estudantes para frequentarem a escola, com ênfase no deslocamento diário, na ausência ou precariedade do transporte escolar e nas condições físicas do trajeto. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, com abordagem histórico-social, fundamentada em entrevistas com alunos/as, ex-alunos/as e motoristas escolares, análise documental e observações de campo. Utiliza-se a metodologia da história oral como forma de ouvir as vozes dos sujeitos entrevistados e compreender os sentidos atribuídos à escola. A partir das narrativas coletadas, busca-se identificar os desafios enfrentados pelas famílias na luta pelo direito à educação, considerando o contexto de um assentamento da reforma agrária. A pesquisa busca contribuir para a valorização das vozes do campo e para o fortalecimento das políticas públicas voltadas à educação rural.

Palavras-chave: Educação no campo. Assentamento rural. Teijin.

ABSTRACT: This study aims to analyze access to education in the 17 de Abril Settlement – Teijin, located in the municipality of Nova Andradina (MS), between 2005 and 2025. The research focuses on the difficulties faced by students in attending school, with an emphasis on daily commute, the absence or precariousness of school transportation, and the physical conditions of the route. This is a qualitative study with a historical-social approach, based on interviews with students, former students, and school drivers, document analysis, and field observations. The oral history methodology is used as a way to listen to the voices of the interviewees and understand the meanings attributed to school. Based on the narratives collected, the aim is to identify the challenges faced by families in the fight for the right to education, considering the context of an agrarian reform settlement. The research seeks to contribute to the appreciation of rural voices and to the strengthening of public policies aimed at rural education.

Keywords: Rural education. Rural settlement. Teijin.

¹ Dedico este trabalho, antes de tudo, à criança que fui e às crianças que meus irmãos foram, Samuel Cruz e Paulo Júnior. Crescemos enfrentando desafios que muitas vezes iam além da distância até a escola: eram dias de cansaço, de limitações e de caminhos que pareciam maiores do que nossas forças. Ainda assim, caminhamos juntos, dividindo os medos, as alegrias, e principalmente, a esperança. Cada passo rumo à escola era um gesto silencioso de coragem. Hoje, ao concluir este trabalho, sinto que honro não apenas a minha trajetória, mas também a deles. Tudo o que vivemos moldou minha determinação e meu entendimento sobre o verdadeiro valor da educação. Esta conquista é, profundamente, uma vitória coletiva. Dedico também aos meus pais, Paulo Frutuoso e Sueli Oliveira, que, mesmo diante das adversidades, sempre acreditaram na educação como caminho de transformação. Seu apoio, esforço e incentivo constante foram a base que sustentou a minha caminhada. A força que recebi de vocês me impulsionou até aqui. E, de maneira muito especial, dedico ao meu esposo, Fábio Alessandro Peixoto, que esteve ao meu lado em todos os momentos desta jornada. Obrigada por assumir comigo os cuidados com nossos filhos, por compreender minhas ausências, por me apoiar nos dias difíceis e por acreditar no meu sonho com a mesma intensidade que eu. Seu amor, paciência e parceria tornaram possível cada passo desta conquista. Esta vitória também é sua.

² Acadêmica do Curso de Licenciatura e Bacharelado em História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - (UFMS), Câmpus de Nova Andradina suellen_oliveira@ufms.br.

INTRODUÇÃO

O acesso à educação é um direito social fundamental de todos os cidadãos e cidadãs, representando um instrumento essencial para a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e democrática, garantida pela Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) e reafirmado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394/96), que assegura a universalização do ensino como dever do Estado. No contexto brasileiro, o direito à educação foi historicamente negado ou limitado, resultado de um modelo de desenvolvimento que marginalizou o espaço rural, seus moradores e moradoras.

Os povos do campo ao longo da história sempre vieram sofrendo golpes, pois embora, por muitos séculos, a população brasileira fosse predominantemente rural, a lógica das políticas agrícolas/agrárias sempre foram pensadas para atender uma parcela mínima dessa população, onde até a educação era pensada num contexto urbano, a fim de atender aos filhos dos grupos oligárquicos... (Santos; Vinha, 2019, p. 5)

A constituição dos assentamentos, especialmente aqueles organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), está diretamente ligada à luta não apenas pela terra, mas também pela garantia de direitos sociais, entre eles o direito à educação (Freire, 2000; Caldart, 2004).

Segundo Fabiano Gretter Moreira (2021) pode se dizer que o assentamento 17 de abril- Teijin, está organizado em duas partes: os/as acampados/as do MST e os/as da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Mato Grosso do Sul (Fetagri/MS).

O Assentamento Teijin teve suas origens na desapropriação da Fazenda Teijin, que pertencia ao Grupo Japonês Teijin Desenvolvimento Agropecuário Ltda – Sócio Shigeaki Hayashi. Foi desapropriada pelo Governo Federal para fins de reforma agrária. Os camponeses que receberam os lotes no assentamento eram ligados a dois movimentos sociais na época: Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Mato Grosso do Sul (FETAGRI/MS) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Os camponeses que receberam lotes no assentamento são originários de várias regiões do Estado de Mato Grosso do Sul, não somente do município de Nova Andradina. As famílias foram divididas de acordo com seu movimento e organização sindical (...) (Moreira, 2021)

O Assentamento 17 de Abril – Teijin, localizado no município de Nova Andradina (MS), é fruto desse processo histórico de luta pela reforma agrária. Desde sua origem, a comunidade enfrentou diversos desafios relacionados à infraestrutura, moradia e, principalmente, à educação. Inicialmente, o acesso à escolarização era escasso, com ausência de escolas próximas, transporte escolar inadequado e/ou inexistente, estruturas precárias, o que dificultava a permanência dos/as estudantes.



Imagem 1: Filhos dos Trabalhadores do movimento MST, denominados de Sem Terrinha, em desfile cívico de 7 de setembro, na cidade de Nova Andradina (2004).

Fonte: Acervo pessoal de José Barbosa Neto

Este trabalho tem como objetivo analisar como era e como é hoje o acesso à educação pelo transporte escolar no Assentamento, buscando compreender os avanços, permanências e desafios que ainda persistem. A proposta é ouvir os sujeitos que viveram e vivem essa trajetória, por meio de entrevistas com ex-alunos/as, alunos/as e motoristas

escolares, as entrevistas, aliadas aos documentos oficiais, ajudam a compreender como o acesso à educação se transformou ao longo do tempo. Assim podendo registrar e refletir sobre a experiência concreta de uma comunidade assentada que conquistou seu espaço na terra com muita dificuldade.

A perseverança relatada pelos assentados nada mais é do que resistir na luta pela permanência nos lotes. Luta antes, durante e depois da entrega dos lotes no Assentamento Teijin rurais do município de Nova Andradina (Moreira, 2021).

A educação do campo é uma proposta político-pedagógica construída a partir das lutas dos movimentos sociais. Ao contrário desta, que reproduz uma lógica urbana e desconsidera as especificidades do campo, a educação do campo busca articular a escola às realidades concretas, saberes e modos de vida das populações camponesas.

A educação do campo, como mostram autoras como Caldart (2004) e Arroyo (2012), constitui uma proposta pedagógica comprometida com os projetos de vida das populações camponesas. Envolvendo uma concepção que rompe com o modelo urbano e tecnicista, ao defender uma escola integrada ao território, aos saberes locais e à luta social dos trabalhadores do campo., pois rompe com a visão tecnicista e colonizadora da escola rural tradicional, afirmando o direito a uma educação contextualizada, crítica e comprometida com os territórios onde vivem os trabalhadores e trabalhadoras do campo.

A pesquisa pretende contribuir com o campo de estudos da educação no campo e reforçar a importância de políticas públicas específicas e eficazes para garantir o direito à educação para todos/as, independentemente de sua localização geográfica. Ao tratar da educação no assentamento sobre uma perspectiva histórica e social, pretende-se também evidenciar como a escola pode ser um espaço de resistência, de construção da identidade camponesa e de afirmação dos direitos dos povos do campo. A partir da escuta dos sujeitos locais e da análise crítica das transformações ocorridas, busca-se compreender os significados atribuídos à escola e à educação pelos/as moradores/as do Assentamento 17 de Abril – Teijin, assim como suas expectativas para o futuro.

Para organizar a discussão, este estudo foi dividido em cinco partes. Na introdução apresento o problema, os objetivos e o percurso metodológico. Em seguida, desenvolvo o referencial teórico e discuto a metodologia adotada. Depois, descrevo o contexto do

Assentamento 17 de Abril – Teijin e a história da escola local. A quarta parte reúne as narrativas obtidas nas entrevistas, e a última seção apresenta as considerações finais, com uma análise dos principais desafios identificados, avanços observados e sugestões para o fortalecimento das políticas públicas voltadas à educação no campo.

1 REFLEXÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

1.1 Educação no campo: fundamentos e perspectivas

A educação do campo passou a ser reconhecida como uma modalidade com identidade própria, resultado das lutas dos movimentos sociais e da mobilização de trabalhadores e trabalhadoras rurais por uma escola que respeite suas realidades e saberes. Esse reconhecimento se materializou legalmente com a criação da Política de Educação do Campo, por meio do Decreto nº 7.352/2010, que também consolidou o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera). O documento estabelece diretrizes específicas para garantir o acesso, a permanência e a qualidade da educação em áreas rurais, reconhecendo a diversidade dos sujeitos do campo e a necessidade de práticas pedagógicas contextualizadas (Brasil, 2010).

Segundo Caldart (2004), a educação do campo é mais do que uma proposta de escolarização localizada no espaço rural: é uma forma de enfrentamento às desigualdades históricas e de articulação com os projetos de emancipação dos sujeitos do campo.

Arroyo (2012) mostra que a educação do campo representa uma proposta que questiona o modelo escolar tradicional, ao colocar práticas formativas alinhadas às realidades e aos direitos dos povos do campo e a valorizar o modo de vida, os saberes locais da identidade rural.

1.2 História oral como metodologia de pesquisa

A presente pesquisa adota a história oral como metodologia principal, compreendendo que, ao se tratar do acesso à educação no contexto de um

assentamento rural, é fundamental escutar os sujeitos envolvidos nesse processo. A história oral, segundo Thompson (1992), amplia o campo das fontes ao incluir relatos de pessoas que, em geral, não aparecem nos documentos oficiais. Ela inverte a lógica tradicional da historiografia ao valorizar as narrativas das pessoas comuns, resgatando memórias que revelam dimensões subjetivas, afetivas e sociais da história.

Meihsy (2005) mostra que a história oral envolve uma troca entre pesquisador/a e entrevistado/a, produzindo conhecimento de maneira conjunta. A entrevista oral, quando feita de maneira ética e respeitosa, favorece um encontro entre o/a pesquisador/a e o/a narrador/a, promovendo uma relação dialógica e colaborativa.

Esse aspecto é importante para o contexto deste trabalho, que busca compreender como alunos/as, ex-alunos/as e motoristas escolares vivenciaram e vivenciam os desafios do acesso à escola no Assentamento 17 de Abril – Teijin. Para Portelli (1997), a força da história oral não está só nos fatos em si e mais nos sentidos que as pessoas atribuem aos acontecimentos, que se lembram, mas também na capacidade de expressar significados sociais e culturais. No caso desta pesquisa, as vozes dos sujeitos assentados revelam as estratégias de resistência, às emoções e os sentidos atribuídos à escola como espaço de pertencimento e direito.

Alves (2020) reforça que, ao escutar atentamente os relatos dos sujeitos do campo, é possível compreender como o acesso à escola se inscreve em um processo maior de luta por direitos e reconhecimento. A autora destaca que a história oral, ao ser realizada com sujeitos do campo, possibilita compreender a educação como parte das disputas simbólicas e materiais que atravessam os territórios da reforma agrária. Por isso, as entrevistas realizadas nesta pesquisa não se limitaram a levantar dados objetivos, mas buscaram construir um retrato mais amplo e profundo das experiências vividas.

Sendo assim, a adoção da história oral neste estudo não se justifica apenas pela ausência de registros formais sobre a educação no assentamento, mas, sobretudo, pela escolha política de reconhecer os/as moradores/as como sujeitos históricos capazes de interpretar e narrar suas trajetórias. A escuta atenta e o respeito à memória de cada entrevistado/a constituem um eixo central desta pesquisa.

2 O ACESSO A EDUCAÇÃO NO ASSENTAMENTO 17 DE ABRIL-TEIJIN

Para entender como se deu o acesso à educação no Assentamento 17 de Abril, Teijin, é necessário primeiro situar o contexto histórico do território e das famílias que se encontram ou encontraram ali. A análise das condições sociais, políticas e econômicas que marcaram a constituição do assentamento é fundamental para entender os desafios enfrentados pelas famílias na luta pelo direito à escolarização.

O assentamento é fruto do processo de reforma agrária, permeado por disputas, resistências e conquistas que impactaram diretamente as trajetórias de vida de seus moradores e moradoras, a área corresponde à antiga Fazenda Teijin, pertencente ao grupo japonês Teijin Desenvolvimento Agropecuário Ltda., desapropriada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para fins de reforma agrária no início dos anos 2000 (Dettner, 2015).

Nos primeiros anos, quando os/as moradores/as do assentamento ainda residiam em acampamentos à margem da rodovia MS-134 não havia escola instalada o que obrigava crianças a se deslocarem longas distâncias ou até mesmo ficarem sem acesso ao ensino. De acordo com Moreira (2021), houve momentos em que as aulas ocorriam à beira da estrada, embaixo de um coqueiro, o que evidencia a precariedade inicial enfrentada pelas famílias. (Moreira, 2021, p. 202).



Imagem 2: Alunos em sala de aula improvisada no acampamento à beira da rodovia MS-134 (2003).
Fonte: Acervo pessoal de José Barbosa Neto

Segundo o Projeto Político Pedagógico de 2022, a origem da Escola Municipal Luís Cláudio Josué está relacionada às demandas da população de Nova Casa Verde. O terreno foi cedido pelo INCRA em 1997, e sua construção ocorreu por meio de mobilização entre comunidade e poder público. Em 2000, a instituição foi oficializada pelo Decreto Municipal nº 242 (Escola Municipal Luís Cláudio Josué, 2022).

A Escola foi oficialmente criada pelo Decreto Municipal nº 242, de 25 de julho de 2000, localizada no núcleo urbano do Assentamento Nova Casa Verde, a escola passou a atender a educação infantil e o ensino fundamental, tornando-se referência educacional para os moradores do distrito, fazendas e assentamentos da região. Dois anos mais tarde, o Decreto Municipal nº 378, de 05 de novembro de 2002, alterou a denominação das unidades escolares da rede municipal, consolidando o status da escola como polo e permitindo a existência de extensões, entre elas a Extensão 17 de Abril que se localizava dentro do assentamento Teijin, (antiga escola dos colaboradores do local enquanto ainda era Fazenda Teijin). (Nova Andradina, 2002).



Imagem 3: Alunos da Extensão 14 de abril recebendo bolas pelo então prefeito Roberto Hashioka Soler e o secretário da educação Luiz Carlos Sampaio, em comemoração ao dia das crianças (2006).

Fonte: Acervo pessoal de José Barbosa Neto



Imagem 4: Professora Sônia Gomes com os alunos da 1ª série (2006).

Fonte: Acervo pessoal de José Barbosa Neto

A caracterização da comunidade apresentada no PPP (Escola Municipal Luís Cláudio Josué, 2022) evidencia que os estudantes vêm de fazendas e assentamentos, dependendo de transporte escolar em estradas longas e precárias, uma realidade que reforça as desigualdades no acesso à educação pública no campo. Segundo Moreira (2021), a extensão 17 de abril atendia mais de 300 crianças do ensino fundamental (1ª a 4ª série). Durante os anos 2000, a Extensão 17 de Abril foi responsável por atender

diretamente as crianças que viviam dentro do assentamento, garantindo o acesso escolar sem a necessidade de grandes deslocamentos.



Imagem 5: alunos brincando no parquinho da escola. (2013)
Fonte: Prefeitura Municipal de Nova Andradina. (2022)



Imagem 6: Cerimónia para a entrega dos uniformes
Fonte: Fonte: Prefeitura Municipal de Nova Andradina. (2022)

Entretanto, registro municipal mostra que, no ano de 2019, a Extensão 17 de Abril foi desativada por decisão da Secretaria Municipal de Educação. A justificativa envolveu questões relacionadas à organização administrativa e ao atendimento às normas educacionais vigentes. (Nova Andradina, 2019).



Imagem 7: Atual situação da escola extensão 17 de abril (2025)
Fonte: Acervo pessoal da autora

No ano de 2022, a Escola Luís Cláudio Josué atendia cerca de 860 alunos, abrangendo desde a Educação Infantil até a EJA, com turmas nos três turnos, segundo o PPP. (Escola Municipal Luís Cláudio Josué, 2022)

3 NARRATIVAS DA POPULAÇÃO SOBRE O ACESSO À ESCOLA

Durante o processo de coleta de dados, as entrevistas foram conduzidas de forma flexível, respeitando as singularidades e preferências de cada participante. No caso do motorista escolar Wanderley Silva Ferreira, este optou por realizar a leitura das perguntas e responder de maneira autônoma, conduzindo a própria narrativa. Essa escolha foi acolhida pela pesquisadora como parte integrante do método, uma vez que a história oral valoriza a liberdade de expressão dos sujeitos e a preservação de seus modos particulares de narrar as experiências vividas.

Segundo Meihy (2005), a função do/a pesquisador/a não é dirigir a fala, mas criar condições para que o/a narrador/a reconstrua sua memória e atribua sentido à própria trajetória, manifestando sua identidade por meio da oralidade. Nessa mesma perspectiva, para Thompson (1992), a história oral amplia o campo das fontes históricas ao reconhecer que as experiências narradas pelas pessoas comuns também constituem conhecimento importantes.

Ao permitir que o entrevistado conduzisse sua própria fala, o trabalho buscou garantir a autenticidade e espontaneidade das narrativas, respeitando o tempo, o vocabulário e a forma de expressão de cada sujeito. Esse cuidado metodológico está em consonância com os princípios éticos da história oral, que prioriza o respeito à memória individual e coletiva, bem como a escuta sensível como prática de pesquisa comprometida com a dignidade daqueles/as que narram suas lembranças.

As entrevistas realizadas com moradores/as do Assentamento 17 de Abril – Teijin revelam aspectos essenciais sobre o processo histórico de acesso à educação no território. Por meio da metodologia da história oral, é possível compreender como alunos/as, ex-alunos/as e agentes do transporte escolar significam suas experiências e constroem memórias sobre o percurso até a escola, conforme destaca Alberti (1998) ao afirmar que as narrativas são fontes legítimas para a compreensão da experiência social. As falas dos/as entrevistados/as evidenciam tanto os desafios estruturais quanto a potência da escola no cotidiano das famílias camponesas.

3.1 O transporte escolar como conquista coletiva

Os relatos dos motoristas e ex-alunos mostram que as condições das estradas foram, desde o início, um dos maiores desafios para o acesso à escola no Assentamento 17 de Abril. Nos primeiros anos, havia apenas as vias principais deixadas pela antiga fazenda, e muitos trechos ainda eram apenas carreadores estreitos. Wanderley Silva Ferreira, motorista desde 2007, lembra que em vários pontos não havia estrada aberta: “tinha que passar até no meio do pasto pra buscar alguns alunos que moravam em outro travessão” (Entrevista, Wanderley Silva Ferreira, 2024).

Além da inexistência de vias consolidadas, o tempo de deslocamento era extenso: “aproximadamente 3 horas do início da linha até o final”. Com o decorrer dos anos, houve melhorias, mas os problemas não desapareceram. Como explica o motorista: “melhorou aí 90% das estradas”, mas, em períodos de chuva, “dá uma chuva pesada, já estraga a estrada de novo”. Essas falas demonstram o quanto o acesso à escola depende de condições estruturais que fogem ao controle das famílias e mesmo dos motoristas, reforçando a centralidade das políticas públicas no contexto da educação do campo.



Imagem 8: Ônibus escolar atualmente (2025)
Fonte: Acervo pessoal da autora



Imagem 9: Interior do ônibus
Fonte: Acervo pessoal da autora

Outro ponto destacado por Wanderley é a diferença entre o período da Escola Extensão 17 de Abril e a atual ida dos/as alunos/as à escola pelo Luiz Cláudio Josué, na cidade. Segundo ele, a mudança trouxe benefícios para emergências, pois “aqui na polo a criança machuca, o posto de saúde, as ambulâncias estão aqui na cidade”, ao contrário da extensão, onde “não tinha ambulância” e professores/as chegavam a fazer “vaquinha pra levar as crianças” quando necessário. Ainda assim, com a extinção da escola no assentamento, aumentou o tempo de deslocamento diário, impactando a rotina dos/as alunos/as.

O depoimento do ex-motorista escolar Fábio Peixoto, descreve um cenário anterior à consolidação das linhas de transporte e da abertura de estradas oficiais feitas pela prefeitura, que ajuda a compreender o contexto histórico vivido pelas famílias nos anos de 2006 e 2007. Segundo ele, as primeiras rotas utilizavam apenas carreadores antigos da fazenda, caminhos estreitos, cheios de desníveis e obstáculos naturais.

O transporte escolar dependia de caminhos improvisados e, por isso, muitos alunos precisavam caminhar longas distâncias até o ponto onde o ônibus conseguia passar. Fábio afirma que algumas crianças caminhavam mais de 5 km, frequentemente no sol muito forte, chegando ao ônibus “vermelhas igual pimentão”.

Outro ponto fundamental levantado por Fábio diz respeito ao papel ativo dos próprios assentados na criação das condições de acesso, antes de a prefeitura iniciar a abertura das estradas, foram os próprios moradores que começaram a derrubar árvores, limpar trilhas e improvisar caminhos, utilizando motosserras e ferramentas próprias para possibilitar a passagem dos veículos. O entrevistado destaca que a cada semana havia “uma novidade”, com trechos novos sendo abertos manualmente.

As ex-alunas confirmam esse cenário. Scheila recorda que “era tudo mato” e que o pai e a mãe precisavam acompanhá-la até o ponto de ônibus para evitar riscos com animais no trajeto. Já Priscila rememora que a estrada era “muito complicada em época de chuva”, o que frequentemente impedia a circulação dos veículos. Mesmo em períodos mais recentes, ainda persistem problemas estruturais. Isabelle, aluna atual, afirma que “quando chove fica ruim” e que há dias em que a estrada fica quase intransitável. Embora

o transporte escolar tenha melhorado significativamente, as condições climáticas continuam impactando o acesso à escola.

Com a chegada das primeiras estradas, entre 2007 e 2008, o cenário mudou muito. As rotas se aproximaram das casas, e as famílias puderam, enfim, acessar o ônibus com mais segurança e menor desgaste físico.

Além das estradas, Fábio também comenta sobre os veículos utilizados. No início, os ônibus eram “ônibus 97”, adquiridos de outras cidades, já com cerca de dez anos de uso, apesar de antigos, eram considerados bons para o padrão da época. O contraste com a situação atual, na visão dele, é marcante, “hoje os veículos são novos, mais seguros e com manutenção regular”, o que representa uma mudança estrutural na política de transporte escolar do Assentamento.

O motorista ainda relata dificuldades severas em dias de chuva. Os ônibus atolavam com frequência, e ele menciona situações em que foi necessário terminar o trajeto a pé com as crianças. Em outros casos, motoristas chegaram a passar a noite dentro do ônibus, aguardando ajuda.

Nos primeiros anos, quando as estradas ainda não existiam, o trajeto demorava de duas a três horas, dependendo da linha e da distância entre as casas e as estradas principais. Wanderley explica que o percurso completo chegava a durar aproximadamente três horas, desde o início da linha até a chegada à escola. Fábio descreve rotinas semelhantes, afirmando que saía por volta das 5h20 e levava cerca de duas horas para completar a rota matinal.

Com o passar dos anos e a ampliação da frota escolar, o tempo de trajeto diminuiu. Edmar observa que, atualmente, as linhas podem ser feitas em uma hora a uma hora e quinze, devido ao aumento do número de motoristas e à melhoria das estradas. As alunas também falam sobre esse aspecto. Isabelle, que vive o período mais recente, relata que permanece “uma hora e meia dentro do ônibus”. Scheila e Priscila, que estudaram em períodos anteriores, enfatizam as longas esperas, tanto para ir quanto para voltar da escola, Scheila ainda pontua que, por muitas vezes, era necessário aguardar o transporte noturno para conseguir retornar à sua casa.

Em 2021, a administração municipal de Nova Andradina fez uma série de intervenções na estrada principal do Assentamento 17 de Abril. As melhorias continham

serviços de elevação do leito da via, a criação de pontos de drenagem para escoamento da água da chuva e a recuperação de cerca de quatro quilômetros da estrada.

Essas ações atenderam demandas tanto de estudantes quanto de famílias agricultoras da região. Conforme divulgado em nota oficial do município, as condições precárias das estradas rurais, marcadas por buracos e trechos instáveis comprometiam o transporte escolar e dificultavam o transporte da produção leiteira, o que levou o poder público a investir em obras mais robustas (Nova Andradina, 2021).



Imagem 10: Maquinário atuando na manutenção da estrada principal do assentamento (2021)
Fonte: Acervo Nova Andradina (2021)

Embora o ponto referente à comunicação entre motoristas não tenha surgido explicitamente no momento da gravação, esse aspecto foi lembrado pelos motoristas em conversas informais realizadas antes e depois da entrevista. Informaram que, em anos anteriores, devido à ausência de sinal de celular na região, a comunicação era feita entre eles (os motoristas) era por meio de radioamadores instalados em alguns ônibus. E que serviam para pedir socorro quando fosse necessário.



Imagem 11: Ônibus escolares no pátio da prefeitura na cidade de Nova Andradina (2007)
Fonte: Acervo pessoal de Fabio Alessandro Peixoto



Imagem 12: Interior do ônibus do ex-motorista Fabio Peixoto
Fonte: Acervo pessoal de Fabio Alessandro Peixoto

3.2 Lembranças e experiências

As situações mais marcantes relatadas pelos/as entrevistados/as estão associadas aos riscos enfrentados nas estradas, especialmente em épocas de chuva intensa. Os relatos revelam episódios de atolamentos, acidentes, longas caminhadas noturnas e ausência de comunicação.

Priscila descreve uma das experiências mais fortes: após o ônibus atolar durante uma tempestade, ela e outras crianças tiveram que caminhar cerca de 5 km, no escuro, sob relâmpagos, atravessando propriedades e cortando caminhos improvisados. Scheila lembra que frequentemente “o ônibus atolava e a gente ficava até tarde esperando outro vir”.

Os motoristas também narram situações extremas. Wanderley conta que ficavam até “quatro, cinco, seis ônibus atolados um atrás do outro”, dependendo completamente de tratores e máquinas da prefeitura para serem resgatados. Edmar recorda um acidente grave em que um ônibus tombou com 14 a 17 alunos/as, episódio que ficou marcado na memória de todos/as.

Fábio também descreve um quase tombamento durante uma linha noturna, quando a roda traseira do ônibus suspendeu no ar e os/as alunos/as precisaram sair pela janela, pois a porta não abria devido ao barro. Antes do funcionamento das antenas de telefonia, tanto motoristas quanto alunos/as relataram que não havia como pedir ajuda. As crianças apenas esperavam e, se o ônibus não passasse, perdiam o dia letivo.

A ex-aluna Helida Priscila da Silva, hoje com 31 anos, não chegou a estudar no assentamento. Quando ela e sua família se mudaram para o 17 de Abril – Teijin, precisou ir diretamente para a escola polo, pois a série em que estava matriculada não era ofertada na extensão Teijin. Ela recorda que a vinda do Paraná para o Teijin significou adaptação escolar e, principalmente, conviver com um deslocamento diário desgastante. Ela afirma: “eu acho que demorava mais de hora o percurso”, e que, apesar de ser cansativo, o trajeto era parte da rotina.

Um dos episódios mais marcantes relatados pela entrevistada envolve dias de chuva intensa: “o ônibus atolou... e não tinha telefone, não tinha sinal, então não tinha

pra quem pedir socorro”. Sem alternativas, ela e outras crianças precisaram “chegar em casa a pé”, atravessando propriedades e enfrentando tempestades.

Sua fala revela as vulnerabilidades que o transporte escolar rural pode gerar quando depende exclusivamente da estrada de terra e de contingências climáticas. Mesmo diante dessas dificuldades, a ex-aluna reconhece a importância da escolarização, definindo-a como “uma oportunidade de melhora de vida”. Após concluir os estudos, formou-se em Farmácia, mostrando como o acesso à escola, apesar dos obstáculos, pode transformar trajetórias individuais e familiares.



Imagem 13: Estudantes e as merendeiras Soeli Dias Correia (à esquerda e olhando para a direita), e Elenice Mota Rodrigues da Cruz conhecida por “Nice” (à direita, olhando para a foto) em frente ao ônibus escolar na extensão 17 de abril (2006).

Fonte: Acervo pessoal de Fabio Alessandro Peixoto

3.3 Sobre o olhar da nova geração de estudantes

A estudante Isabelly Salla Mantovani, 15 anos, representa as vozes da geração atual. Ela cursa o nono ano e relata que sua rotina começa cedo: “o ônibus sai às 6h20 e eu chego na escola às 7h”. O percurso dura cerca de 1h30, mostrando que, embora tenham ocorrido avanços em infraestrutura e transporte, o tempo de deslocamento

permanece significativo. Isabelly afirma que o ônibus é bom, mas reconhece que “agora que tá chovendo tá meio ruim... bem ruim”, indicando que a instabilidade climática continua sendo fator determinante no acesso.

Gabrieli Eduarda Porfirio Rodrigues, de 15 anos, atual aluna, confirma que a qualidade das estradas continua diretamente ligada às condições climáticas: “se o tempo estiver ruim, a estrada também é ruim, cheia de buracos”. Assim como Isabelly, ela aponta que o transporte não circula em dias de chuva intensa e que as famílias dependem dos grupos de mensagem para serem avisadas, mostrando a importância da comunicação digital na organização da rotina escolar. Isabelly avalia positivamente as condições do transporte, afirmando que “o ônibus é bom”, porém reconhece que as chuvas seguem sendo um ponto de fragilidade: “agora que tá chovendo tá meio ruim... bem ruim”. Sua fala confirma que a sazonalidade climática ainda impacta rotas, acessos e, conseqüentemente, a frequência escolar, tal como ocorria nas experiências relatadas pelos motoristas e ex-alunas.

Diferentemente do período vivido pela entrevistada ex-aluna Helida Priscila, que vivenciaram períodos em que não havia telefone, sinal ou qualquer forma de aviso sobre a circulação dos ônibus, assim tendo que esperar indefinidamente ou retornar para casa a pé, hoje existe comunicação via grupos de mensagem, que informam quando o transporte não circulará: “eles avisam que não vai passar”.

A estudante informa que hoje “eles avisam que não vai passar”, por meio de grupos de mensagem. Esse recurso reorganiza o cotidiano das famílias e reduz incertezas, demonstrando como o acesso à internet e à telefonia móvel modificou práticas comunitárias e ampliou a previsibilidade do transporte.

Essa mudança revela uma reorganização comunitária, beneficiada pelo acesso à internet e telefonia móvel. Entre os aspectos que mais a incomodam no transporte, ela destaca o cansaço: “eu fico muito tempo e minha cabeça começa a doer”.

Ao refletir sobre o papel da escola em sua vida e na vida do assentamento, Isabelly afirma que “melhora tudo”. Sua percepção indica reconhecimento da educação como possibilidade de mudança, ainda que ela mesma não tenha definido planos claros para o futuro acadêmico: “quero terminar meus estudos, mas faculdade não”.

Assim como Isabelly, Gabriela reconhece a importância da escola “para melhorar a vida no assentamento”, mas, diferentemente da colega, demonstra expectativas mais definidas em relação ao futuro, ao relatar que pretende “fazer faculdade” e sonha em “ser policial”. Sua fala aponta para uma juventude que, mesmo diante de desafios persistentes, sonha com possibilidades de continuar com estudos.

Esses dados conversam de certo modo com a fala das ex-alunas, como Scheila, cujo discurso reforça a orientação familiar forte em direção ao estudo como caminho de ascensão, e com Helida Priscila, que posteriormente concluiu ensino superior. Assim, o depoimento da atual estudante também sugere transformações nas expectativas educacionais da juventude do assentamento, que parecem menos marcadas por projetos longos de escolarização e mais centradas no cumprimento das etapas obrigatórias.

Considerações finais

O presente trabalho buscou analisar o acesso à educação no Assentamento 17 de Abril – Teijin, no período de 2005 a 2025, com foco nas condições de deslocamento, no transporte escolar e nas experiências vividas por alunos/as, ex-alunos/as e motoristas escolares. A partir da metodologia da história oral, foi possível reconstruir a trajetória do transporte escolar no assentamento, evidenciando avanços significativos ao longo dos anos, mas também permanências que ainda desafiam a garantia plena do direito à educação no campo.

A análise das entrevistas permitiu identificar padrões comuns e transformações históricas, fundamentais para compreender o acesso à escola no assentamento, observando desafios que persistem, como a precariedade das estradas em períodos de chuva, a dependência total do transporte escolar e o longo tempo de deslocamento diário enfrentado pelos estudantes. Paralelamente, também é possível perceber mudanças significativas ao longo do tempo, entre elas a melhoria das estradas e dos veículos escolares, a maior organização da rede de transporte e comunicação e o fechamento da escola localizada dentro do assentamento, o que levou à centralização das aulas na escola polo.

Os significados atribuídos à escola variam de acordo com as experiências de cada entrevistado: para o motorista, ela representa responsabilidade e compromisso coletivo; para a ex-aluna, simboliza mobilidade social e oportunidade; já para a aluna atual, aparece como um horizonte de possibilidades, ainda que marcado pelas incertezas próprias da adolescência.

Conclui-se que houve avanços inegáveis, contudo, para que o acesso à educação seja pleno e digno, é fundamental que o poder público mantenha investimentos regulares na manutenção das estradas, na renovação da frota, na disponibilização de monitores nos ônibus.

A educação do campo, como afirmam os fundamentos teóricos deste trabalho, somente se consolida quando reconhece e responde às especificidades do território. Assim, a história do acesso à escola no Assentamento reafirma que a educação é, ao mesmo tempo, conquista, luta e direito, e seu fortalecimento depende da continuidade das políticas públicas e do compromisso com as vozes que aqui narraram suas vivências.

Fontes

Entrevista com Edmar Aparecido Costa. Ex-motorista escolar. Realizada em 2025.

Entrevista com Fabio Alessandro Peixoto. Ex-motorista escolar. Realizada em 2025.

Entrevista com Gabrieli Eduarda Porfirio Rodrigues. Aluna. Realizada em 2025.

Entrevista com Isabelly Salla Mantovani. Aluna. Realizada em 2025.

Entrevista com Scheila Vieira da Silva. Ex-aluna. Realizada em 2025.

Entrevista com Helida Priscila da Silva. Ex-aluna. Realizada em 2025.

Entrevista com Wanderley Silva Ferreira. Motorista escolar. Realizada em 2025.

Referências

ALBERTI, Verena. O acervo de história oral do CPDOC: trajetória de sua constituição. Rio de Janeiro: **CPDOC**, 1998. 18f. Disponível em:

<https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/d17f6592-125e-4a4b-9781-b4d85882fb55/content>. Acesso em: 22 jun 2025.

ALVES, Maria Cristina Santos de Oliveira. *Vozes do campo: memória, identidade e educação nas comunidades rurais*. São Paulo: Cortez, 2020.

ARROYO, Miguel. **Escola e território educativo**: novas territorialidades e a escola do campo. Petrópolis: Vozes, 2012.

ARROYO, Miguel. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis: Vozes, 2012.

BRASIL. **Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010**. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, ano CXLVII, n. 213, p. 3, 5 nov. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm. Acesso em: 9 ago. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 08 jun 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso: 08 jun 2025.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**: escola é mais que escola. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. Disponível em: <https://ufpb.edu.br/educacaodocampocfp/images/livro-pedagogia-da-terra-mst.pdf>. Acesso em 09 jun 2025.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade**. 34. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2005. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/570805400/Jose-Carlos-Sebe-Bom-Meihy-Manual-de-Historia-Oral> Acesso em 13 nov 2025.

MOREIRA, Fabiano Greter. As trajetórias de luta pela terra no assentamento Teijin do município de Nova Andradina/MS. **Revista NERA**, v. 24, n. 61, p. 187-209, Dossiê I ELAMSS, 2021. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/7074/6823>. Acesso em: 22 jun 2025.

ESCOLA MUNICIPAL LUÍS CLÁUDIO JOSUÉ. **Projeto Político-Pedagógico**: Escola Municipal Luís Cláudio Josué. Nova Andradina: Secretaria Municipal de Educação, 2022.

NOVA ANDRADINA (MS). **Processo nº 11/2017, de 15 de setembro de 2017.** Solicitação de autorização de funcionamento da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos – EJA, a partir do ano de 2018. Nova Andradina: Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, 2017. 1 folha.

NOVA ANDRADINA (MS). **Processo nº 15/2018, de 26 de novembro de 2018.** Solicitação de autorização de funcionamento da Educação Infantil, Ensino Fundamental

NOVA ANDRADINA (MS). **Estrada principal do Assentamento 17 de Abril recebe melhorias.** Prefeitura Municipal de Nova Andradina, 06 out. 2021. Disponível em: <https://www.pmna.ms.gov.br/noticias/servicos-publicos/estrada-principal-do-assentamento-17-de-abril-recebe-melhorias>. Acesso em: 18 nov 2025.

NOVA ANDRADINA. **Educação de Jovens e Adultos – EJA, a partir do ano de 2019.** Nova Andradina: Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, 2018. 1 folha.

NOVA ANDRADINA. **Entrega de Uniformes – Extensão 17 de Abril.** 2022. Disponível em: <https://www.pmna.ms.gov.br/galerias/entrega-de-uniformes-e-m-luiz-claudio-josue-extensao-17-de-abril>. Acesso em: 19 nov 2025.

SANTOS, Patrícia; VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos. Educação do/no campo: uma reflexão da trajetória da educação brasileira. **Revista Labor**, Fortaleza, v. 1, n. 1, p. 1–18, 2019. Disponível em: https://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor_2018/10/12_Patricia_Santos.pdf. Acesso em: 02 julho 2025.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral.** 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/735212860/04-A-Voz-Do-Passado-Historia-Oral-Paul-Thom>. Acesso em: 13/nov 2025.